

Ata da sétima sessão ordinária do segundo período legislativo da Câmara Municipal de Vereadores de Tuparetama - PE.

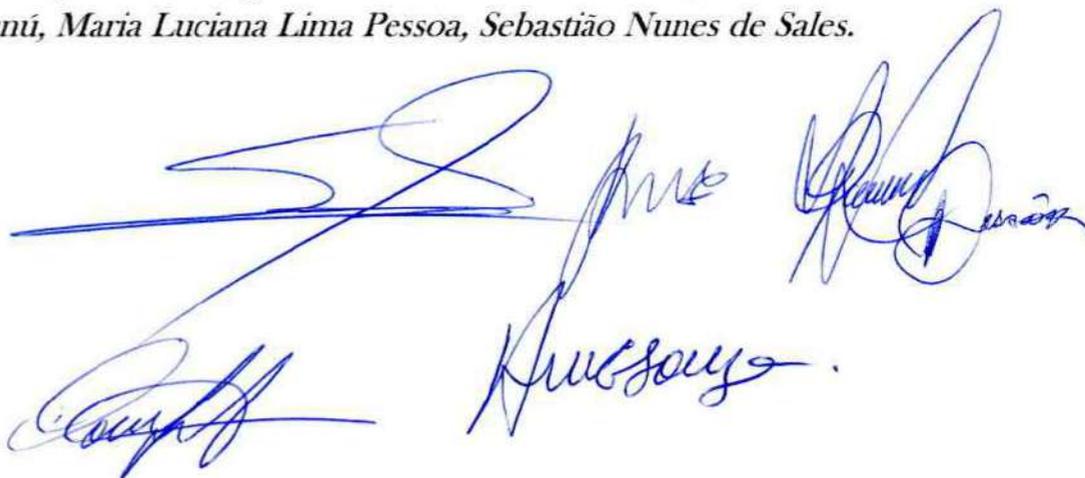
Aos dezoito dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e três, às oito horas e trinta minutos, na presidência de Arlã Markson Gomes de Souza, justificando o não comparecimento da Vereadora Vanda Lúcia Cavalcante Silvestre, apresentando a pauta da sessão, constando o Projeto de Lei Nº 09/2023 que dispõe sobre a instalação de funcionamento de Depósito de Ferro Velho e outros materiais imprestáveis, no perímetro urbano da cidade e dos distritos, e determina outras providências; Projeto de Lei Complementar Nº 02/2023 que dispõe sobre a preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural do Município de Tuparetama e dá outras providências; Projeto de Resolução Nº 05/2023 que dispõe sobre a contratação de estagiários pelo Poder Legislativo Municipal e dá outras providências; Emenda Aditiva ao projeto de Lei Complementar Nº 001/2023 do Sr. Vereador Arlã Markson Gomes de Souza; Projeto de Resolução Nº 06/2023 do Vereador Arlã Markson com a concessão de Título de Cidadão Tuparetamense ao Ilustríssimo Senhor Ângelo César Rabelo e Silva; Emenda Modificativa de autoria do Vereador Danilo Augusto ao Projeto de Resolução Nº 05/2023 de autoria do Vereador Arlã Markson que dispõe sobre a contratação de estagiários pelo Poder Legislativo Municipal e dá outras providências; Emenda Modificativa ao artigo 29 do Projeto de Lei Complementar Nº 01, de 31 de julho de 2023 de autoria do Vereador Danilo Augusto; Emenda Aditiva ao artigo 40 do Projeto de Lei Complementar Nº 01, de 31 de julho de 2023 de autoria do Vereador Danilo Augusto; Indicação Nº 028/2023 do Vereador Domênico de Siqueira Perazzo pela colocação de bustos dos ex-prefeitos já falecidos, na Praça dos Prefeitos, do centro da cidade; Projeto de Lei Nº 010/2023 que dispõe sobre a autorização de transferência de recursos da Assistência Financeira Complementar repassada pela União Federal visando dar cumprimento ao disposto na Lei Federal Nº 14.434, de 04 de agosto de 2022, que instituiu o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira, no âmbito do Município de Tuparetama - PE, além de outras providências, no pequeno expediente a Sra. Vereadora Maria Luciana Lima Pessoa citou as perdas de Dona Socorro Rodrigues e Murilo Galvão, que Jesus os acolha e conforte as famílias, seguida pelo mesmo sentimento de apoio e solidariedade dos demais vereadores, justifica a viagem ao Recife, tratando na Secretaria de Educação do Estado de instalação da escola integral no Município, e a liberação de outros recursos junto ao deputado Gustavo Gouveia, o Sr. presidente cita a importância da luta dos vereadores pleiteando o progresso para o município, com a palavra o Sr. 2º secretário citou as grandes perdas que temos em nossos dias, não só na sua

família, mas cita a família Rodrigues e de Vicente do Alto do Jorge, cita a pauta, pensando que seria retirado de pauta o projeto dos ferros velhos, já vendo que foi resolvido muita coisa, o Sr. Presidente informa que a matéria irá ficar em pauta, porque está existindo o diálogo e que estão correspondendo a altura, o Sr. 2º Secretário fala a respeito do concerto das estradas do município, faltando pequenos trechos aqui onde não é feito, destacando que até no município de São José do Egito se fez estrada cascalhada de ótima qualidade, mas falta complementar a do município, estradas onde falta até o roço, cita o absurdo do valor das hora máquina dos tratores das associações, tendo como exemplo cento e noventa reais a hora da silagem, lembrando que é a máquina da associação e o trator do município, e pede que haja interferência, porque é o povo que precisa, partindo das associações que tem implementos e tem pessoas que estão preferindo particulares, e temos que fiscalizar, viu inclusive que quem deve fiscalizar é a secretária de agricultura, mas temos que pegar a representação do conselho e fiscalizar em conjunto, porque as associações estão perdendo muito, o Sr. Vice-presidente pede um aparte, concedido, cita que seu nome consta no conselho mas nunca recebeu comunicado de reunião, e para si não existe, o Sr. Vereador aparteado cita erros neste conselho, onde o secretário de agricultura é o presidente do conselho, e sabe que a prestação de contas do secretário não veio como resposta, quando foi usado um bem do povo e não tem um centavo de saldo, cita que estará no cantinho começando a reforma da barragem, e o requerimento era solicitando a Patrol para reforçar a parede, o Sr. Presidente pede ao vereador que avise com antecedência para ser encaminhada a máquina, quanto ao valor da hora máquina, os associados devem ter direito a metade de desconto, mas com a diferença mínima é melhor pagar a particulares, a Sra. Vereadora Maria Luciana Lima Pessoa pede um aparte, concedido, cita a preocupação, porque até associados solicitam ajuda para pagamento, e apoia sim a intervenção dessa casa, mas citando a estrada do Riacho do Meio, onde é mais usada pelo povo de Tuparetama, o Sr. Vereador aparteado esclarece que não é contra concertar as estradas do município vizinho, mas o que está falando é que falta priorizar alguns corredores no município, em seguida o Sr. Vereador Danilo Augusto Oliveira Pereira Nunes se solidariza também pela perda do Sr. Francisco Marques, e cita a paralisação na categoria dos professores efetivos, porque os contratados não podem por ser demitidos, mas tiveram a solidariedade de quase todos os alunos, mostrando que a comunidade escolar está em harmonia para que o gestor se sensibilize e mande o projeto do PCCV a esta casa e este simplesmente disse que não mandaria nada durante essa gestão, então o sindicato muito corajosamente deflagrou essa greve talvez pensando

que seriam ouvidos, onde o gestor ficou irado levando o assunto a rádio, dizendo que deu quarenta e oito por cento de aumento da categoria, o que não é verdade, pois inclusive a tabela foi congelada, e quem tinha mais tempo de serviço não teve um real de aumento, mas este falta com a verdade, inclusive temos servidores que já se aposentaram prejudicados com o congelamento e que estão adentrando na justiça por seus direitos, como as professoras que tentam fazer mestrado, parece até que é birra e a situação de Rejane é totalmente política mas não conseguem entender a de Rafaelly que sempre foi eleitora dele e ambas não tem licença, a Sra. Vereadora Maria Luciana pede um aparte, concedido, cita que a professora Rejane teve o direito no início, mas o município não pode mais por questão financeira, realmente o plano precisa ser atualizado e alguns pontos podem até ser analisados, mas não existe valorização sem recursos e por isso há algum equívoco, inclusive sempre houve diálogo, o Sr. Vereador aparteado se dirige muito mais à postura do gestor, mas não sabe onde está a lei que deu o direito na gestão anterior, e a mídia tomou conhecimento e até contestou, e a partir do momento que se posicionaram na mídia já foi retirado os dois dias dados a Rejane e o prefeito disse que não dá ônibus pra que se pague o dia e sem pagar serão descontados, mas não terão muito problema de perder dois dias, uma vez que perderam todo o mês de dezembro de 2012, é um erro bater de frente com a categoria que busca o direito protestando, como ele mesmo que fez parte do movimento justo fechando as prefeituras, e nenhuma classe contestou, acha que a categoria merece respeito e atenção, e não pode falar do que onera ou não porque não viu tudo, mas fala sobre a categoria dos enfermeiros, quando temos um projeto em pauta que nos envergonha, porque todos conhecem a luta nacional para o reconhecimento de um piso, com luta vitoriosa até no STF, mas agora estão sendo derrotados nos municípios, principalmente os servidores efetivos, o projeto em pauta é simplesmente uma lei autorizativa para transferir o que se chegou da união, e pede que o projeto seja devolvido ao gestor, pois o primeiro artigo já apenas diz que seja transferido, e a situação infelizmente é vergonhosa, inclusive não alterando o valor básico e não será incorporado, estranha que temos hoje pisos de profissionais com recursos federais e não tivemos lei autorizativa, e porque desta categoria não se institui o piso, porque desta forma o tempo de serviço contaria apenas em cima do salário mínimo, cita orientação do Coren de seguir a lei federal, sabendo que a Adin ainda terá o mérito julgado e que já consta na LOA, mas infelizmente estão colocando como abono, lembra que piso não é abono nem complemento, o Sr. Vice-presidente pede um aparte, concedido, informa que várias câmaras já aprovaram como piso, então portanto nos cabe assim aprovar atendendo a legalidade, já que o repasse dos

recursos fica a cargo do executivo através do Governo Federal, o Sr. Vereador apartado considera o projeto uma grande contradição, mas sabemos que a conclusão é mais prejuízo para os servidores, e traz o que considera questão de justiça, então lhe propõe que tome a medida de devolver o projeto ou que façamos as modificações, o Sr. Presidente se volta à representante da classe que se encontra presente, e iremos nos reunir com a mesma, achando inconveniente adiar a votação, já que está se votando apenas o repasse e iremos após correr atrás do piso, com a palavra o Sr. Vereador Antonio Valmir acha que não temos como votar hoje, porque quer ter a consciência tranquila do que é um direito, e só pra completar as palavras do Sr. 2º Secretário, a estrada para o distrito do Riacho do Meio é cobrança do povo de Tuparetama e sempre foi feita com as máquinas de Tuparetama, e sobre os tratores tem que se fiscalizar sim, já que são máquinas do governo federal, com a palavra o Sr. Vereador Sebastião Nunes de Sales cita que o Sr. Vereador Plécio Galvão falta com a verdade quando se trata das estradas, pois a de Riacho do Meio foi realmente revitalizada com uma parceria com São José do Egito, então o que falta é pouco e vamos até os limites, e os trechos que faltam serão feitos nesta semana, mas temos que abraçar essas parcerias, na questão dos tratores e na logística de preços cabe a associação, porque o colegiado é quem decide, acha que a decisão de valores está errada sim, mas não podemos entrar, e sobre o CONDRUST, é um conselho atuante, o Sr. Vereador citado ainda reforça sobre os cursos ministrados no município, que segundo a população falta mercado de trabalho, o Sr. Vereador apartado alerta que os cursos são para preparar as pessoas, sabendo do grande déficit de empregos, o mesmo se volta ao projeto da enfermagem que é um projeto mal feito, se houve algum acordo com a categoria não chegou aos vereadores e não devemos votar desta forma ou seremos irresponsáveis e por esta razão vistas ao projeto, porque não podemos voltar ao atraso, e se não houver a adequação não podemos votar, falar da questão da educação em que houve o congelamento na tabela, mas eram servidores que já recebiam acima do piso, quanto à paralisação da classe pode ser legítima, mas o município teve prejuízo, então o profissional tem dentro da grade uma forma de restabelecer o dia de aula, e este cita que ficaria a história de um péssimo gestor para a educação, mas todas as escolas foram totalmente estruturadas neste governo, citando climatização, ônibus escolares, construção de mais uma quadra e da escola nova, além da revitalização da quadra da vila, mas sabemos que a educação não foi tratada a maus lençóis, o Sr. Vereador Danilo Augusto pede um aparte, concedido, não quis dizer que o prefeito iria comer um dia, mas citou o salário 2012, porque ele disse que não libera o ônibus para pagar, quanto a questão do piso dos enfermeiros a situação seria melhor se tivesse

sido discutido com antecedência, sabendo que a câmara tem o prazo regimental, com a palavra o Sr. 1º Secretário Domênico de Siqueira Perazzo de antemão agradece ao Dr. Renato Granjeiro pela disponibilidade de vários atendimentos neurológicos, e ao deputado Fabrício Ferraz pela consecução de algumas consultas com indicação cirúrgica, se solidariza com o professor Rafael que sofreu grave acidente e pede mais uma vez que se coloque os bancos novamente na praça do centro, em relação ao piso, já sabemos que é lei, então não tem o que discutir, o Sr. Presidente afirma que ninguém é contra o piso, todos estão para atender todas as classes e não iremos passar os pés pelas mãos, de forma que atende ao pedido de vistas do vereador e convoca sessão extraordinária para a terça-feira, dia 19, os Srs. Vereadores são de acordo que seja devolvido o projeto atual e seja encaminhado o projeto do piso, já com garantias para os servidores e a gestão; nada mais a tratar, encerrou-se a sessão, assinam a presente ata o Sr. 1º Secretário e demais Vereadores desta Casa de Leis. *a) Domênico de Siqueira Perazzo, Arlã Markson Gomes de Souza, Joel Gomes Pessoa, Jefferson Plécio Silvestre Galvão, Danilo Augusto Oliveira Pereira Nunes, Antonio Valmir Batista Tunú, Maria Luciana Lima Pessoa, Sebastião Nunes de Sales.*

The image shows five handwritten signatures in blue ink. The signatures are arranged in two rows. The top row contains three signatures: a large, stylized signature on the left, a smaller signature in the middle, and another large, stylized signature on the right. The bottom row contains two signatures: a smaller one on the left and a larger one on the right that appears to read 'Ruesouze'.